



Instituto de Estudos
Econômicos e Internacionais

ENSAIOS DO IEEI

Número 17

**O CONCEITO DE *SUMAK KAWSAY* E O DESENVOLVIMENTO EQUATORIANO NO GOVERNO DE
CORREA: O CASO DA PROPOSTA YASUNÍ-ITT**

CAROLINA SILVA PEDROSO

São Paulo, abril de 2013



**Instituto de Estudos
Econômicos e Internacionais**

O Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais (IEEI-UNESP) é um centro multidisciplinar de análises e pesquisas sobre as questões econômicas e internacionais, congregando especialistas de diversas áreas para promover e enriquecer o debate dessas questões, produzir e divulgar trabalhos e promover parcerias com entidades públicas e privadas nas diversas atividades pertinentes ao seu objeto de atuação.

URL: <http://www.ieei-unesp.com.br>

ENSAIOS DO IEEI

Publicação que objetiva divulgar os resultados dos estudos realizados no Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais.

Conselho Editorial

Andrés Serbin (CRIES/Argentina)
Carlos E. Lins da Silva (IEEI-UNESP)
Carlos Oliva Campos (UH/Cuba)
Clodoaldo Bueno (IEEI-UNESP)
Feliciano Garcia Aguirre (UV/México)
Gary Prevost (Stjohns/EUA)
Harry Vanden (USF/EUA)
Lenina Pomeranz (USP e IEEI-UNESP)
Luis Fernando Ayerbe (IEEI-UNESP)
Marcos Cordeiro (IEEI-UNESP)
Marta Loza (UDG/México)
Sandra Colombo (UNICEN/Argentina)
Tullo Vigevani (IEEI-UNESP)

As opiniões divulgadas nesta publicação são de inteira responsabilidade de seu(s) autor(es).

É permitida a reprodução, desde que seja citada a fonte.

ISSN 2176-8773

ENSAIOS DO IEEI

Número 17

O CONCEITO DE *SUMAK KAWSAY* E O DESENVOLVIMENTO EQUATORIANO NO GOVERNO DE CORREA: O CASO DA PROPOSTA YASUNÍ-ITT

CAROLINA SILVA PEDROSO¹

¹ Pesquisadora do projeto “Extraterritorialidades, entrecruzamento de soberanias e conflitos na América Latina”, do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais da UNESP (IEEI-UNESP). É mestranda do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP e PUC-SP e bolsista da CAPES. Esse Ensaio dá continuidade à pesquisa iniciada durante iniciação científica financiada pelo CNPq, no período de graduação em Relações Internacionais pela PUC-SP, e que resultou no trabalho “A conjuntura política do Equador: os significados da reeleição de Correa e os desafios à estabilidade democrática”.

ÍNDICE

Introdução.....	5
A proposta de moratória petroleira.....	6
O <i>Sumak Kawsay</i> na Constituição de Montecristi.....	8
A iniciativa Yasuní-ITT.....	10
Considerações finais.....	14
Referencias bibliográficas	15

Introdução

O *Sumak Kawsay* ou Buen Vivir é um conceito advindo da cosmovisão indígena, tanto kichwa como yamará, e versa sobre uma ‘vida boa’, que consiste em viver em harmonia com todos os elementos da natureza. A incorporação desse princípio na constituição equatoriana de 2008 trouxe maior visibilidade para as discussões sobre o entendimento e a aplicação dessa forma de ver o mundo.

Apesar do grande marco que foi a introdução dessas ideias na carta constitucional de 2008, o *Sumak Kawsay* já vinha sendo amplamente discutido e repensado no Equador. Ademais do peso político e social que as nacionalidades indígenas e sua cosmovisão possuem no país, a questão ganhou o viés ambiental desde a última década do século XX por conta das descobertas de grandes reservas de petróleo em áreas de proteção ambiental. Em meio a tudo isso, desastres ecológicos envolvendo grandes empresas petroleiras estrangeiras contribuíram para o acirramento das discussões.

Em 2006 o Equador assistiu à ascensão do economista Rafael Correa e do Movimento País, legenda que abarcava as principais reivindicações indígenas e ambientais. Sua vitória representou um êxito daqueles que lutavam pela mudança de modelo de desenvolvimento, com vistas a superar a dependência econômica da exploração do petróleo, que é uma das principais fontes de renda do país.

Uma vez no poder, Correa logrou empreender a reforma constitucional, que resultou em um dos textos mais avançados da região em termos de direitos sociais, ambientais e indígenas, que ficou conhecido como a Constituição de Montecristi (2008). No entanto, apesar dos avanços jurídicos, ele enfrentou muitos desafios para implementar integralmente seu plano de governo, sobretudo no que se refere às aspirações ambientais e mudanças de paradigma de desenvolvimento, considerando os diversos interesses privados e públicos que tangenciam essas questões.

Por esse motivo, Correa passou a sofrer fortes críticas de seus antigos apoiadores: movimentos estudantis, ambientais e indígenas. A CONAIE (Confederação das Nacionalidades Indígenas Equatorianas), uma das representações indígenas mais articuladas do país, por exemplo, declarou o presidente como *persona non grata* depois da polêmica envolvendo a Iniciativa Yasuní-ITT. Essa proposta nasceu no contexto de protestos contra empresas petroleiras nos anos 90 e consiste em manter as reservas encontradas no Parque Nacional Yasuní embaixo da terra. Correa havia incluído essa proposta em seu plano de governo, porém elaborou

também um “plano B” para explorar aquele petróleo de uma forma menos danosa ao meio ambiente, o que não foi bem aceito pelos grupos indígenas e de ambientalistas.

Assim, o objetivo deste estudo é apresentar a Iniciativa Yasuní-ITT, que é fruto de lutas populares e foi incorporada à agenda do Movimento Pais, bem como o seu “plano B” elaborado pelo governo. Nesse contexto, a politização do conceito de *Sumak Kawsay* e a busca por um novo paradigma de desenvolvimento econômico permitirão entender as posições dos diversos grupos de interesse e do próprio presidente em relação às questões ambientais na atualidade.

A proposta de moratória petroleira

O Equador dos anos 1990 viveu um período de mobilização social ocasionada pelo inconformismo com os resultados sociais e ambientais das políticas chamadas de “neoliberais”. Como sua economia é baseada na exploração do petróleo, o país recebeu empresas estrangeiras que dominaram esse setor. O caso mais emblemático é o da Chevron-Texaco, cujas atividades transcorreram entre 1964 e 1990 e resultaram, por um lado, na exploração de quase 1,5 milhão de barris e, por outro, foram responsáveis pela contaminação de rios, pela morte de animais e pelo aumento de casos de câncer na população local. Além dos danos ambientais,

En el ámbito psicosocial las denuncias son múltiples: violencia sexual por parte de los operadores de la empresa en contra mujeres adultas y menores de edad, mestizas e indígenas; abortos espontáneos; discriminación y racismo; desplazamientos forzados; nocivo impacto cultural y ruptura de la cohesión social. Es más, sobre Texaco pesa también la extinción de pueblos originarios como los tetetes y sansahuaris. (ACOSTA, 2010a, p. 20)

Mediante todas as atrocidades cometidas por essas empresas, indígenas, ambientalistas e militantes dos mais diversos movimentos sociais encabeçaram uma luta pela saída de tais companhias do Equador. Crescia a percepção de que os ganhos obtidos com a exploração dos recursos naturais não eram distribuídos às regiões responsáveis pela produção. A Amazônia, por exemplo, tem os mais baixos índices de desenvolvimento humano, embora possua os principais blocos de petróleo.

Surgia na sociedade um questionamento acerca do modelo de desenvolvimento adotado pelo país, baseado nas atividades extrativas dos recursos naturais, seja pelo aumento da desigualdade social, seja pelos desastres ecológicos

que prejudicavam a população local e a biodiversidade. Nota-se que foi construído um relativo consenso social acerca da necessidade de expulsão dessas empresas, como parte de um plano maior de adoção de um novo padrão de desenvolvimento (ACOSTA, 2011).

Nesse contexto, surge a demanda pela moratória petroleira, ou seja, um compromisso internacional de que o país não exploraria seu petróleo amazônico, buscando conservar tal região, em troca do perdão de parte de sua dívida externa. A grande novidade – e também fragilidade – da moratória petroleira é que ela condiciona sua própria concretização ao apoio internacional pela causa ambiental. Para reforçar esse argumento, os movimentos utilizavam como base um relatório do Banco Mundial que listou as condições necessárias para que um país se desenvolvesse somente com a exploração do petróleo, condições essas completamente inexistentes no Equador. A proposta final da moratória petroleira foi oficializada no livro “El Ecuador Post-Petrolero”, publicado no ano 2000.

Para entendermos as motivações indígenas na defesa da moratória petroleira é preciso ter em mente a importância da entidade mitológica *Pachamama*. De acordo com Lira (1944), a etimologia desse termo advém tanto do ayamará como do quichua, em que *Pacha* significaria Espaço, Tempo, Terra ou Universo e *Mama* mãe; portanto, uma tradução literal sugeriria a ideia de Mãe-Terra (Madre-Tierra, em espanhol). Representada pela figura de uma mulher baixa com pés grandes e usando um chapéu, a divindade de origem Inca não seria uma deusa criadora, mas sim provedora, responsável pelas colheitas e gado. Assim, suas funções estão relacionadas à Natureza, sobre a qual exerce o poder da vida e da fertilidade e, em troca, exigiria sacrifícios e oferendas. Apesar de ser cultuada o ano todo, o mês de agosto é dedicado a uma série de comemorações, oferendas e rituais que visam agradá-la, pois acredita-se que o desrespeito para com ela gera castigos a toda a humanidade, como os grandes desastres naturais (LESSA, 2007).

Seguindo esse raciocínio, os indígenas entendem que o petróleo é o sangue da terra e, como tal, não deve ser retirado sem a permissão da *Pachamama*. Caso isso ocorra, a natureza sangraria e o castigo de sua divindade seriam fenômenos climáticos incontroláveis. Portanto, a explicação para o aquecimento global das nacionalidades indígenas que acreditam nessa entidade tem relação com a exploração do petróleo. Embora seja uma tese baseada na interpretação de uma crença ancestral, a conclusão a que eles chegam é muito semelhante à corrente científica que culpa,

dentre outras coisas, a queima de combustíveis fósseis, como o petróleo, pelo aquecimento global.

O Movimiento Pais, fundado por Alberto Acosta e Rafael Correa em 2005, juntamente com outros grupos sociais, incorporou a demanda pela moratória petroleira em seu plano de governo para as eleições presidenciais de 2006:

En este empeño por repensar la política petrolera, aparece con creciente fuerza, la necesidad de analizar con seriedad la posibilidad de una moratoria de la actividad petrolera en el sur de la Amazonía ecuatoriana, atada a una suspensión del servicio de la deuda externa. Sería imperdonable que se reedite la destrucción ambiental y social experimentada en el norte de la Amazonía. Además, es preciso manejar el petróleo existente como una reserva energética para el futuro, que sería extraída, siempre que existisen suficientes garantías para no poner en riesgo la principal riqueza de la Amazonia: su biodiversidad. (MOVIMIENTO PAIS, 2006, p. 41)

O êxito eleitoral do Movimento Pais, além de incorporar a ideia de moratória petroleira, também ocorreu graças à proposta de reforma constitucional, que era defendida pela Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador (Conaie) desde 1994. Para Coelho (2006) esse ponto foi essencial para a primeira vitória eleitoral de Rafael Correa. Na próxima seção, serão discutidas as inovações constitucionais firmadas em Montecristi, em 2008.

O *Sumak Kawsay* na Constituição de Montecristi

Conhecida por ser uma das constituições mais avançadas em termos sociais, indígenas e ambientais, a Constituição de Montecristi (2008) reconheceu de maneira inédita os direitos da Natureza como um dever a ser perseguido pelo Estado, com o objetivo de oferecer aos seus cidadãos melhores condições de vida (ECUADOR, 2008). Do ponto de vista legal, a ideia de direitos está vinculada a deveres: a natureza cumpre com suas obrigações ao prover as condições necessárias para a manutenção da vida. Para que possa exercer seus direitos, todavia, precisa recorrer ao recurso da tutela, de forma similar às crianças e outros sujeitos que não têm autonomia de ação no âmbito jurídico e são representados por instituições, advogados ou qualquer outro cidadão ou coletivo de pessoas dedicado à sua proteção (BREDA, 2010).

A natureza deixa de ser um objeto e se aproxima da cosmovisão ancestral de *Pachamama*. Na tentativa de enquadrar esses termos na lógica ocidental, pode-se

afirmar que a ideia de natureza deve ser tomada em conta por sua essencialidade para a vida na Terra, incluindo a humana (BREDA, 2011). Portanto, seu bom funcionamento é fundamental para a manutenção de nossas vidas. Assim, a centralidade dessa proposta é que o meio ambiente tem valor em si mesmo e não por razões econômicas.

A incorporação do conceito de *Sumak Kawsay* (em kichwa) ou o *Buen Vivir* (em espanhol), cuja origem também está na cosmovisão andina, representa a defesa de uma relação harmoniosa entre o homem e a natureza e está baseada na premissa de uma “vida boa”. O Bom Viver surge não somente como uma alternativa de desenvolvimento, mas também como uma alternativa ao desenvolvimento. De acordo com o sociólogo espanhol José Maria Tortosa:

[...] la idea del Sumak Kawsay o Suma Qamaña: nace en la periferia social de la periferia mundial y no contiene los elementos engañosos del desarrollo convencional. Ya no será cuestión del “derecho al desarrollo” o del principio desarrollista como guía de la actuación del estado. Ahora se trata del Buen Vivir de las personas concretas en situaciones concretas analizadas concretamente, y la idea proviene del vocabulario de pueblos otrora totalmente marginados, excluidos de la respetabilidad y cuya lengua era considerada inferior, inculta, incapaz del pensamiento abstracto, primitiva. Ahora su vocabulario entra en dos constituciones. (TORTOSA, 2009).

A Constituição equatoriana não foi a primeira a possuir termos oriundos das nacionalidades indígenas, a Bolívia já o tinha feito alguns anos antes, por isso Tortosa se refere também ao texto constitucional boliviano (2009), em que é dever do Estado promover o Bom Viver. No entanto, enquanto a Carta boliviana prescreve que é dever do Estado promover esse e outros princípios ético-morais da sociedade plurinacional², a equatoriana vincula o Sumak Kawsay com o regime de desenvolvimento, que englobaria os aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais³.

² Citando artigo 8.1 da Constituição do Estado Plurinacional de Bolívia (BOLÍVIA, 2009): “El Estado asume y promueve como principios ético-morales de la sociedad plural: ama qhilla, ama llulla, ama suwa (no seas flojo, no seas mentiroso ni seas ladrón), suma qamaña (vivir bien), ñandereko (vida armoniosa), teko kavi (vida buena), ivi maraei (tierra sin mal) y qhapaj ñan (camino o vida noble)”.

³ Citando artigo 275 da Constituição da República do Equador (ECUADOR, 2008): “El régimen de desarrollo es el conjunto organizado, sostenible y dinámico de los sistemas económicos, políticos, socio-culturales y ambientales, que garantizan la realización del buen vivir, del sumak kawsay”.

No Equador, ademais da obrigação do Estado diante da promoção do *Sumak Kawsay*, existe a necessidade de mudar o modelo de desenvolvimento para que se possa, de fato, colocar em prática tal conceito. O desenvolvimento não deve ser considerado um processo linear ou uma etapa do subdesenvolvimento a ser superada; tampouco a pobreza é vista como a carência de recursos naturais. Existe, por tanto, a sobrevalorização de outros elementos como o bioconhecimento (conhecimento para a vida) e uma relação harmoniosa entre sociedade e Natureza, como se não houvesse separação entre elas (BREDA, 2010; ACOSTA, 2010b).

Essas novas concepções pretendem estimular outra visão de mundo, em que a natureza não é unicamente um ente provedor, mas sim um elemento com o qual devemos viver em harmonia, respeitando seus ciclos vitais e não como um objeto de comercialização. Segundo essa lógica, não se pode pensar em valores monetários para a vida nem para a relação humanidade-mundo e, embora a exploração dos recursos naturais seja importante para a vida humana, ela deve respeitar a capacidade de regeneração da natureza, ou seja, seus ciclos vitais. Assim, seria possível conciliar o *Sumak Kawsay* com “las ventajas tecnológicas del mundo moderno o los posibles aportes desde otras culturas y saberes que cuestionan distintos presupuestos de la modernidad dominante” (ACOSTA, 2011, p. 10).

Por fim, é uma ideia que segue em construção, cuja grande novidade é a substituição de um paradigma antropocêntrico por um modelo de sociobiocentrismo, reconhecendo a igualdade de importância da vida de todos os seres, independentemente de seu valor utilitário para a humanidade. Falconí (2010) alerta que por ser uma novidade, existem interpretações diversas acerca do *Sumak Kawsay* e sua defesa, destacando divergências internas e externas ao governo em relação à essa questão, como ficará evidente no caso da Iniciativa Yasuní-ITT, apresentada a seguir.

A Iniciativa Yasuní-ITT

Yasuní é o nome de um parque nacional onde estão três poços de petróleo que compreendem a sigla ITT: Ishpingo, Tambococha e Tiputini e está localizado na Amazônia equatoriana, próximo à fronteira com o Peru (ver mapa). O Parque Nacional Yasuní é uma área de proteção ambiental, cujo metro quadrado tem mais biodiversidade que em toda a América do Norte. Ali também vivem os Tagaeri e os Taromenane, considerados Patrimônio Sociocultural da UNESCO em 2005 pela

conservação da biodiversidade, e tiveram seus direitos ao isolamento voluntário garantidos em 1999 com a criação de zonas intangíveis. Apesar de serem motivo de controvérsias por terem sido traçadas sem nenhum tipo de consulta a esses povos, ao mesmo tempo em que respeitaram a presença dos poços de petróleo existentes, as zonas intangíveis são uma garantia legal de que o Estado não deve permitir a extração de recursos minerais nessas áreas (LEQUANG, 2011; ACOSTA, 2010a).

Ademais da riqueza cultural e natural, os poços ITT possuem uma quantidade de petróleo que corresponde a, mais ou menos, 850 milhões de barris, ou seja, 20% do total de reservas do país. Se fosse explorado geraria uma renda de 7 bilhões de dólares, um montante nada desprezível diante da situação de extrema desigualdade social do país.

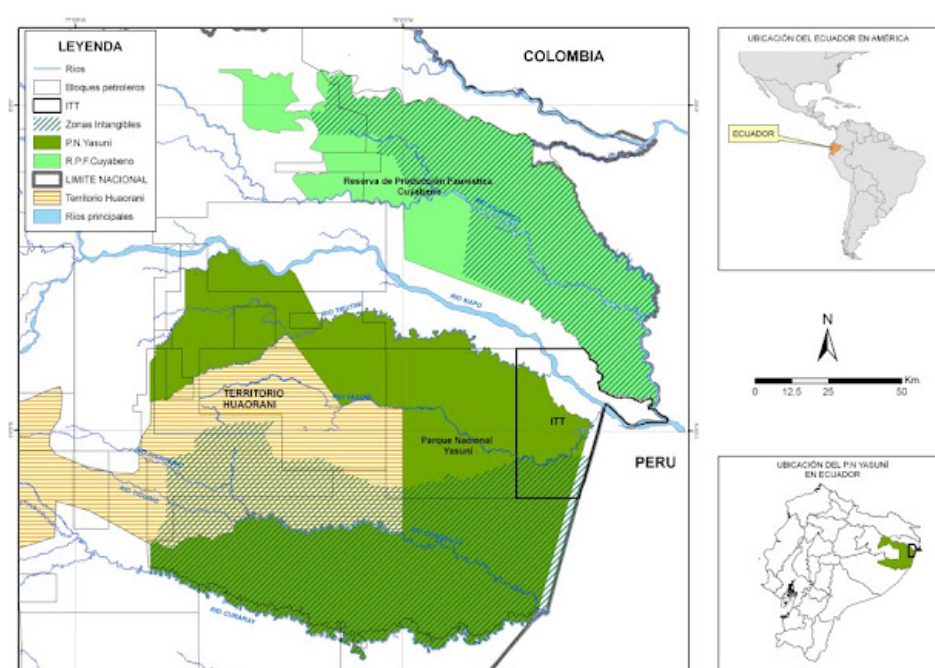


Imagem retirada do sítio eletrônico: http://ccugroup1.blogspot.com.br/2012/02/yasuni-itt-initiative_27.html, consultado em junho de 2012.

A Iniciativa Yasuni-ITT consiste em deixar embaixo da terra o petróleo dos três poços, preservando as comunidades indígenas e a biodiversidade da região, além de evitar a emissão de 410 milhões de toneladas de CO₂. Em contrapartida, o Equador espera receber doações financeiras equivalentes à metade dos ganhos se tal reserva fosse explorada - 3,6 bilhões de dólares - a serem recebidos até 2023. O prazo foi estabelecido em conjunto com o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), com quem o país deve gerir um fundo. A importância da

parceria com o PNUD na gestão dos recursos financeiros é a garantia que os investidores terão de que os fundos serão utilizados para cumprir os compromissos de: i) buscar fontes alternativas de energia para reduzir o uso de combustíveis fósseis; ii) evitar desflorestamento para conservar a Amazônia; iii) promover o desenvolvimento social para a população amazônica e, finalmente, iv) investir em tecnologias que permitam a transição para um modelo econômico baseado no *Sumak Kawsay* (LEQUANG, 2011).

A Iniciativa, além da clara influência das reivindicações sociais pela moratória petroleira e por um novo modelo de desenvolvimento, tem respaldo na noção de que existiriam devedores e credores ecológicos no sistema internacional:

Con la Iniciativa Yasuní-ITT, el gobierno ecuatoriano incorpora un sentido de solidaridad a las relaciones internacionales desde un enfoque histórico que reivindica la deuda ecológica y, en el que se reconoce la responsabilidad de los países ricos del Norte, cuya industrialización y riqueza fue posible a partir de la explotación y la importación de los recursos naturales de los países del Sur, quienes no pudieron aprovecharlos (LEQUANG, 2011, p. 46).

A idéia é que os problemas ambientais devem ser pensados a partir do princípio de co-responsabilidade mundial em relação aos bens comuns a toda a humanidade, como a atmosfera, o clima, a biodiversidade, a água, etc. O que o Equador propõe ao mundo é que a biodiversidade do Parque Nacional Yasuní e seu petróleo⁴ sejam vistos como bens comuns, que requerem uma gestão coletiva por conta de sua importância para a humanidade. Por tanto, deixar de explorar os poços ITT acarretaria benefícios reais não só ao Equador, mas a toda humanidade, consolidando a busca por um novo modelo de desenvolvimento.

Apesar da enorme importância política, econômica e simbólica da proposta, são necessárias mudanças estruturais que exigirão um movimento ativo do governo e da sociedade civil, para que possa chegar a um desenvolvimento “pós-petroleiro”. Rafael Correa também reconhece que o êxito da Iniciativa depende da adesão de outros países, sobretudo daqueles cujas condições são similares às do Equador, quais sejam: país pobre, que deve promover a defesa do meio ambiente ao mesmo tempo em que busca garantir a inclusão social à sua população; localização tropical, onde se

⁴ Nesse caso, a ideia é justamente mitigar os impactos negativos de sua exploração.

concentram as áreas com maior biodiversidade do mundo e ter reservas significativas de combustíveis fósseis.

Contudo, a Iniciativa até agora não conseguiu muitas adesões, nem entre os países pobres nem entre os mais ricos, mesmo com o esforço governamental em apresentá-la ao mundo em diversas oportunidades. O presidente Correa viajou à Europa para vender a proposta e conseguiu entusiasmar Alemanha e Bélgica, porém o agravamento da crise na Zona do Euro fez com que os aportes prometidos não fossem efetivados. Com doações ínfimas, a capacidade do governo em resistir às pressões das empresas que desejam explorar as reservas tem sido colocada à prova.

Diante desse cenário e, consciente das normas constitucionais sobre a defesa de áreas como a do Parque Yasuní, o governo de Correa ficou dividido, já que reconhece também as debilidades financeiras do país e tem nos poços ITT uma oportunidade de curto prazo para financiar muitos de seus projetos sociais. A decisão de explorar ou não as reservas encontradas não seria fácil porque implicaria um custo político muito alto para um governo que já vinha perdendo prestígio entre os movimentos sociais, embora sua popularidade se mantenha em alta, o que pode ser comprovado com a reeleição de Rafael Correa em fevereiro de 2013. No entanto, não se pode diminuir a importância desse desprestígio entre os movimentos que outrora o apoiavam, uma vez que o histórico de instabilidade política no Equador ainda reverbera na cultura política do país⁵.

Foi criado um “Plano B”, no caso de a Iniciativa não alcançar o montante esperado, e que consiste na exploração das reservas da plataforma ITT da maneira menos prejudicial possível. A Petrobras, por exemplo, já apresentou um plano de exploração da região e é a mais cotada para ganhar a concessão dos blocos. A proposta brasileira é utilizar as técnicas empregadas na extração do petróleo localizado na camada pré-sal, o que evita ao máximo os impactos ambientais na região de exploração, medida que é complementada pelo transporte do petróleo por helicóptero até o local de refino. Segundo Campello (2008, p. 36), a empresa “defende sua atuação ressaltando que a área devastada em função do projeto será um

⁵ É preciso ter em conta que, embora a Constituição de Montecristi tenha efetuado mudanças significativas para evitar situações de vulnerabilidade vividas anteriormente pelo país, que de 1996 até 2006 teve quase 10 presidentes, a possibilidade de uma crise institucional com a queda do presidente é sempre uma perspectiva a ser considerada, como o caso do levante policial contra Rafael Correa em 2010.

pouco menor do que cem hectares, ou cerca de apenas 0,007% da área total do parque, e que o projeto terá impactos positivos para a população local”.

Por ora persiste o dilema desenvolvimento econômico *versus* preservação ambiental, uma vez que para o governo Correa um novo modelo baseado no *Sumak Kawsay* somente pode ser concretizado no longo prazo. Por esse motivo, alguns grupos ambientais e indígenas que o apoiaram tornaram-se opositores à sua gestão, porque acreditam que o governo tenha cedido às pressões do capital para explorar as reservas amazônicas e, por essa razão, não estaria mais empenhado em levar a cabo a Iniciativa Yasuní-ITT. A apresentação de um “Plano B” já seria uma demonstração de que o governo não continuaria uma defesa intransigente da proposta, como desejam seus idealizadores.

Considerações Finais

Apesar da importância que tiveram os grupos contestatórios na primeira vitória eleitoral do Movimiento Pais, suas posições vêm se chocando com as do governo de Correa, que chegou a ser declarado *persona non grata* por uma das organizações indígenas mais importantes do país, a CONAIE (Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador). Mesmo com objetivos semelhantes - incentivar a substituição do padrão de desenvolvimento a partir do *Sumak Kawsay* - o governo e os movimentos ambientais, indígenas e sociais divergem em relação à maneira como esse processo deve ser conduzido.

O governo crê que para financiar o projeto de um Equador pós-petrolero é necessário recorrer à renda oriunda de atividades extrativistas e aprovou mudanças polêmicas nas leis que regulam tais atividades, gerando uma nova onda de protestos. Por outro lado, os movimentos ambientais e indígenas defendem que a postura governamental incentiva a continuidade do modelo desenvolvimentista e corresponde aos interesses daqueles que vivem da exploração dos recursos naturais. Assim, a apresentação de um “Plano B” para a Iniciativa Yasuní-ITT além de não ter tido uma boa receptividade por parte dos grupos ambientalistas, ainda reforçou sua desconfiança em relação às reais intenções do governo.

Por tanto, a politização do conceito *Sumak Kawsay* e sua apropriação pelos diversos grupos sociais e progressistas gera interpretações particulares acerca de seu significado e dos melhores meios para pô-lo em prática (FALCONÍ, 2010). Essa situação não ocorre apenas por uma questão conceitual, mas também está fortemente

relacionada aos interesses que estão por detrás de cada um dos grupos envolvidos na discussão acerca do novo modelo de desenvolvimento pós-petroleiro, um desenvolvimento que seja capaz de superar as contradições da lógica extrativa, demonstrando os enormes desafios internos e externos de uma mudança real de paradigma.

Referências bibliográficas

- ACOSTA, A. “De las alternativas del desarrollo a las alternativas al desarrollo”, I Encuentro Internacional Construyendo el Buen Vivir, el 8 de noviembre del 2011.
- ACOSTA, A. “El Buen Vivir en el camino del post-desarrollo. Una lectura desde la Constitución de Montecristi”. Quito: Fundación Friedrich Ebert Stifting, Paper Policy 9, Outubro 2010b, disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/quito/07671.pdf>.
- ACOSTA, A. “Las tribulaciones de la Iniciativa Yasuní-ITT”. Quito: Programa de Estudios Socioambientales – FLACSO sede Ecuador, Opinión, nº 5, maio de 2010a. Disponível em: <http://www.flacsoandes.org/dspace/bitstream/10469/2232/1/06.%20Las%20tribulaciones%20de%20la%20Iniciativa%20Yasun%C3%AD-ITT.%20Alberto%20Acosta.pdf>.
- BOLIVIA, Estado Plurinacional de. “Constitución Política del Estado Plurinacional de Bolivia”, 2009. Disponível em: <http://www.presidencia.gob.bo/>.
- BREDA, T. “O Equador é verde: Rafael Correa e os paradigmas do desenvolvimento”, São Paulo: Elefante Editora, 2011.
- CAMPELLO, D. “Estudos e Cenários: Equador - Integração Econômica e Inserção Regional no Governo de Rafael Correa”, Estudos e Cenários (out. 2008), Rio de Janeiro: Observatório Político Sul-Americano (OPSA – IUPERJ/UCAM) e Necon (Núcleo de Estudos sobre o Congresso).
- COELHO, A. L. “As eleições equatorianas de 2006 e os desafios à governabilidade”, Observador On-Line (vol.1, nº8, out. 2006), Rio de Janeiro: Observatório Político Sul-Americano (OPSA – IUPERJ/UCAM).
- ECUADOR, Republica del. “Constitución del Ecuador”, Asamblea Constituyente, 2008.

- FALCONÍ, F. “¡Con Ecuador por el mundo! La política internacional ecuatoriana”, Quito: Editorial El Conejo, 2010.
- LEQUANG, M. “La Iniciativa Yasuní-ITT: Nuevos Derechos, Bien Común y Sociedad Pospetrolera”. Revista Línea Sur, Quito, Ecuador, Dossiê No. 1, ISSN 1390-6771, Vol. 1, Issue 1, Dez. 2011.
- LESSA, A. “Rituais de sacrifício: a sobrevivência de uma antiga dimensão do corpo humano”, História, Ciência, saúde – Manguinhos, Vol .14, n.3, jul-set 2007.
- LIRA, J. A. “Diccionario kkechuwa-español”, Tucumán, 1944.
- MOVIMIENTO PAIS, “Plan de gobierno del Movimiento Pais 2007-2011”, Quito, 2006.
- TORTOSA, J. M. “Sumak Kawsay, Suma Qamaña, Buen Vivir”, Fundación Carolina, Madrid, 2009. Versão eletrônica publicada na página Rebelión em 29 de Agosto de 2009, disponível em <http://www.rebelion.org/noticia.php?id=90660>.